

Tráfico humano

JULHO / 2025

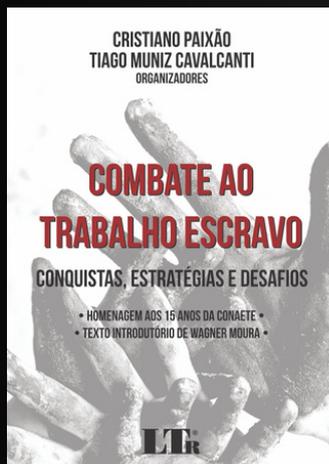
trabalho escravo

imigração

trabalho decente

direitos humanos

Contato: biblioteca@trt4.jus.br Fone: 3255-2589



34:331.021.9 C729

Combate ao trabalho escravo: conquistas, estratégias e desafios

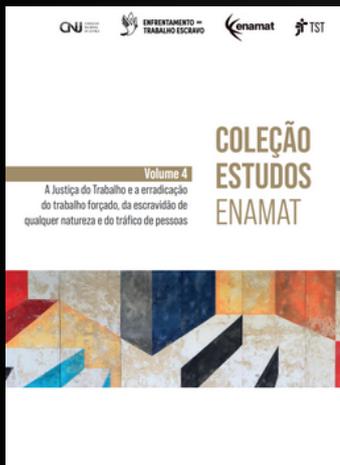
O 13 de maio de 1888 não foi apenas um ato de compaixão, mas uma resposta a interesses econômicos que levaram à abolição da escravidão no Brasil. A Lei Áurea, embora proclamasse a liberdade, não trouxe as condições necessárias para a proteção dos ex-escravos, perpetuando desigualdades. Com a redemocratização, a Constituição brasileira se comprometeu com os direitos humanos, permitindo a atuação de instituições como o Ministério Público do Trabalho no combate ao trabalho escravo contemporâneo. Este livro apresenta artigos sobre avanços e desafios nessa luta.



34:331.021.9 P436d

Direitos humanos fundamentais: o tráfico de pessoas e a fronteira

Neste estudo, observa-se a incidência do tráfico de pessoas e da migração na região de fronteira e se determina se o trabalho decente, a sustentabilidade humana e a educação para os direitos humanos podem encaminhar possíveis soluções para as questões postas. Tudo complementado pela discussão sobre as modalidades de tráfico de pessoas (trabalho escravo, exploração sexual, tráfico de órgãos...); passando pelo método do pensamento complexo de Edgar Morin, a EC/81/2014, a nova Recomendação à Convenção 29 da OIT (tráfico de pessoas e trabalho escravo) e a pretensão de exclusão da jornada exaustiva e das condições degradantes de trabalho do Crime de Trabalho Escravo.

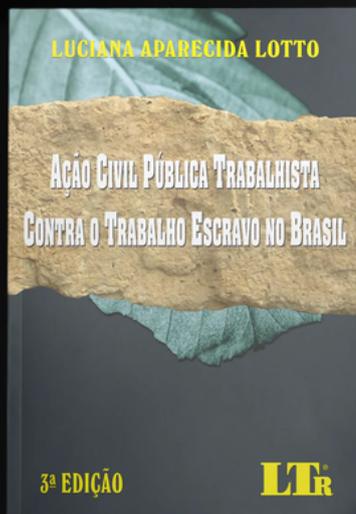


34:331 C691 v.4

Coleção estudos Enamat: volume 4:

A justiça do trabalho e a erradicação do trabalho forçado, da escravidão de qualquer natureza e do tráfico de pessoas

Uma pauta prioritária: a erradicação do trabalho forçado, da escravidão de qualquer natureza e do tráfico de pessoas - O trabalho forçado e suas interseccionalidades por gênero e raça - Trabalho análogo condição de escravo no garimpo e exploração dos povos originários - A escravidão contemporânea: as novas roupagens de antigas práticas degradantes - A prática jurisdicional trabalhista para enfrentamento ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas - A responsabilidade da cadeia produtiva na promoção do trabalho decente.



347.919.66:331 L884a

Ação civil pública trabalhista contra o trabalho escravo no Brasil

A presente obra aborda tema de grande relevância social. O compromisso de erradicação do trabalho escravo foi assumido em âmbito internacional porque corresponde à questão intimamente relacionada com a Dignidade da Pessoa Humana. Farta legislação permeia o tema e foi diligentemente tratada no livro.





34:331.021.9 Te758

Trabalho escravo contemporâneo: desafios e perspectivas

O livro, resultado de um mestrado em Direito pela PUC Minas em 2008, discute a definição do trabalho em condições análogas à escravidão no Brasil, destacando a importância da dignidade humana. Defende que essa realidade abrange não apenas restrições à liberdade, mas também situações degrading. A obra ressalta que o Direito do Trabalho deve adaptar seus conceitos à realidade social para garantir a dignidade humana de forma integral.



341.43 M488a

Asilo e refúgio: semelhanças e diferenças entre dois institutos de proteção humanitária

Desenvolvido inicialmente como uma Dissertação de Mestrado sob minha supervisão na Universidade Católica de Santos, o trabalho de Fábio se destacou tanto pela escolha temática quanto pela conjugação de abordagens teórica e prática, permitindo uma reflexão abrangente e geral sobre o asilo e o refúgio.

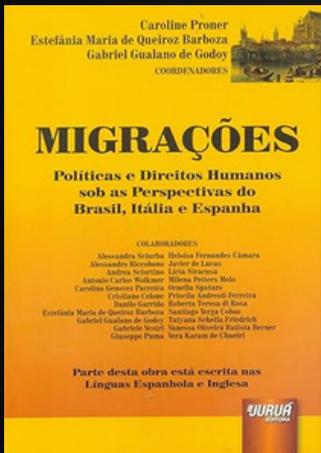
Por outro lado, conjugando a experiência constitucionalista do autor, com os conhecimentos em Direito Internacional obtidos ao longo do Mestrado, o trabalho logrou também analisar o asilo e o refúgio a partir da ótica e da prática brasileira.



34:331.796.2 M636

Migração, trabalho e cidadania

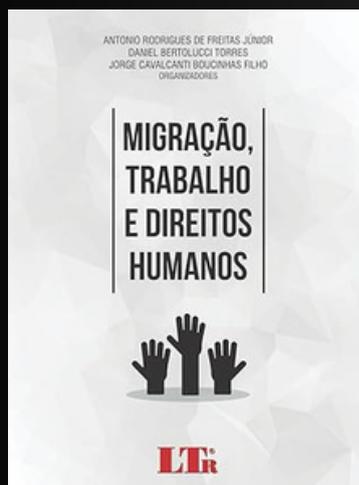
A leitura de Migração, trabalho e cidadania é cativante, orgânica, engajada e oferece um diagnóstico nítido do fenômeno das complexas migrações internas e internacionais, inseridas no jogo dinâmico das economias em crise e de políticas negadas às migrantes andarilhos, que terminam por alterar vidas, memórias e sonhos, em busca de justiça autêntica e democrática.



314.15 M636

Migrações: políticas e direitos humanos sob as perspectivas do Brasil, Itália e Espanha

Parte da obra está em Espanhol e Inglês, com autores analisando os fluxos migratórios contemporâneos. Eles discutem a relação entre imigração e direitos humanos, a necessidade de revisar políticas migratórias para torná-las legítimas e eficazes. O direito de migrar é visto como um direito fundamental, a ser considerado nas normas que regem as relações entre os Estados. A imigração deve ser abordada de maneira descolonizadora, focada em direitos humanos. A falta de regulamentação do direito a migrar leva a políticas restritivas, priorizando imigrantes qualificados e investimentos, excluindo muitos que buscam melhores condições de vida em seus países.



34:331.796.2 Mt636

Migração, trabalho e direitos humanos

Os textos aqui reunidos foram inicialmente apresentados como working papers dos seminários apresentados na disciplina intitulada “Migração Internacional de Trabalhadores e Proteção Social”, no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – Largo de São Francisco – FaDUSP. Foram, portanto, objeto de exposição, de debates e de adensamentos subsequentes. A regência simultânea e presencial da disciplina, durante o primeiro semestre de 2015, foi um projeto comum dos professores Augustin Émane, na Universidade de Nantes Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho, da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e Antonio Rodrigues de Freitas Júnior, da própria FaDUSP.



342.7-054.72 I32

Imigrantes no Brasil: proteção dos direitos humanos e perspectivas político-jurídicas

A obra analisa as normas e políticas públicas voltadas para imigrantes no Brasil, buscando integrar uma perspectiva de proteção dos direitos humanos e inclusão social. Estruturada em três partes, a primeira aborda novos fluxos e desafios da imigração, especialmente para populações vulneráveis oriundas da imigração Sul-Sul. A segunda parte discute a proteção jurídica de imigrantes e os fundamentos que devem guiar a política migratória no Brasil. A terceira parte trata das migrações forçadas e do papel do Instituto do Refúgio, focando no Direito Internacional dos Refugiados. O livro finaliza com o relato de Renel Simon, um imigrante haitiano, que compartilha sua experiência e visão sobre a acolhida de imigrantes no Brasil.





34:331 C691 v.15

Coleção estudos Enamat : volume 15: Normas internacionais e controle de convencionalidade na justiça do trabalho - interpretação e aplicação

O conjunto de textos destaca a importância da Convenção Americana sobre Direitos Humanos como instrumento jurídico e político para fortalecer a proteção dos direitos humanos no Brasil, especialmente no campo do direito do trabalho, promovendo a erradicação do trabalho escravo, a não discriminação, a proteção da liberdade sindical e a melhoria das condições laborais, por meio do controle de convencionalidade e da incorporação das decisões da Corte Interamericana no sistema jurídico brasileiro.

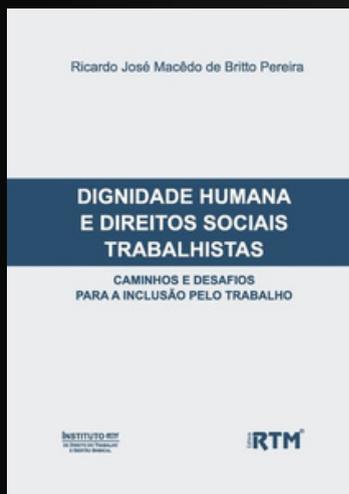


342.7 B296c

Corrupção e direitos humanos dos trabalhadores: uma perspectiva do trabalho decente

Este estudo analisa, em linhas gerais, a relação entre direitos humanos e o mundo do trabalho a partir das novas tendências globais de combate corrupção. Verificam-se ideias sobre trabalho decente e de governança corporativa e os principais marcos normativos na legislação brasileira. Portanto, relaciona-se a temas atuais e forma de prevenir a corrupção e promover os direitos humanos, tais como códigos de conduta e compliance previstos na legislação internacional, com um marco na OIT.





342.7:331 P436d

Dignidade humana e direitos sociais trabalhistas: caminhos e desafios para a inclusão pelo trabalho

A dignidade humana e sua inserção nas relações de trabalho -- Invertendo a equação. A dignidade no trabalho como limite da lógica do mercado -- A constitucionalização do direito e suas consequências no âmbito trabalhista. A centralidade do trabalho na Constituição brasileira de 1988. O fortalecimento dos sindicatos como base de um direito do trabalho sustentável -- A efetividade dos direitos sociais trabalhistas em juízo.



34:331.021.9 R433

Resgates: combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil

Sob alguns aspectos a política pública foi aprimorada. Além de obrigar o empregador a cumprir sua obrigação trabalhista, conforme a lei, outros instrumentos punitivos foram sendo articulados como um estudo financiado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) a respeito da cadeia de produção e comercialização do trabalho escravo; um cadastro com o nome dos empresários e das empresas envolvidas no crime, atualizado de seis em seis meses; a aprovação da PEC do Trabalho Escravo; a mudança do texto do artigo 149 do Código Penal, com a ampliação do conceito para além do trabalho forçado; algumas condenações penais, trabalhistas e cíveis e as ações por danos morais coletivos e individuais.



34:331.021.9 C837a

O amargo doce do açúcar

O Trabalho Escravo Contemporâneo é um problema global e é diferente do vivido no Brasil Colonial. Atualmente, envolve questões de dignidade humana e é causado por condições degradantes. Além disso, inclui trabalho forçado, jornadas exaustivas e servidão por dívidas. O Poder Público deve fiscalizar essas ocorrências, mas a impunidade é comum devido à influência dos empregadores. O texto pretende apresentar dados de processos penais em Pernambuco entre 2009 e 2015 para entender a falta de condenações.

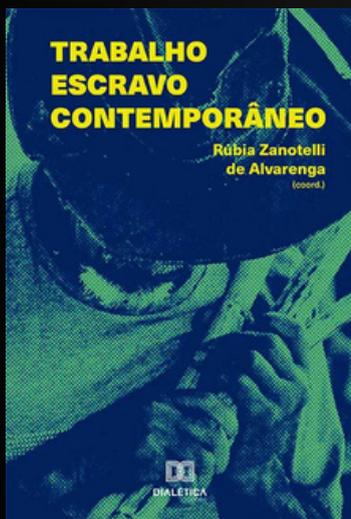


34:331.021.9 A366e

O esvaziamento da personalidade da vítima de trabalho escravo contemporâneo

A escravidão contemporânea é uma realidade no Brasil, agravada pela desigualdade social e concentração de renda. O Brasil, embora seja a 8ª economia do mundo, ocupa o 79º lugar em Índice de Desenvolvimento Humano. Mudanças nas políticas públicas para enfrentar o trabalho escravo têm gerado críticas e necessidade de rediscussão, com foco nos direitos da vítima. Este trabalho analisa o impacto do trabalho escravo nos direitos de personalidade da vítima e as políticas públicas relacionadas. Destina-se a descrever os direitos de personalidade, analisar condições semelhantes à escravidão e identificar políticas e garantias de direitos em casos de lesões.





34:331.021.9 Te 759

Trabalho escravo contemporâneo

A obra "Trabalho Escravo Contemporâneo", organizada por Rúbia Zanotelli de Alvarenga, analisa a escravidão contemporânea nas relações de trabalho. Com 21 capítulos, a obra utiliza uma perspectiva jurídica e multidisciplinar, abordando como a escravidão se integra à sociedade brasileira e seus efeitos variados. O livro destaca a importância de discutir a violência institucional, necropolítica e marginalização enfrentada por grupos vulneráveis. Além de oferecer uma visão crítica sobre questões étnico-raciais no Direito, a obra é uma contribuição significativa para o combate à escravidão contemporânea.



34:331.021.9 Q1

Quanto vale a dignidade? estudos contemporâneos sobre trabalho escravo

A primeira parte, intitulada "Os escravizados" pretende dar voz aos sujeitos que são submetidos ao trabalho escravo contemporâneo, trazendo estudos de casos reais que buscam visibilizar a situação de alguns dos quase 369 mil trabalhadores brasileiros em condições análogas à escravidão, segundo estimativa da Walk Free Foundation. A segunda parte, que recebeu o título de "Os conceitos e as formas", buscou trazer análise da definição do trabalho escravo contemporâneo, a fim de situar os leitores acerca do estado da arte em que se encontra a doutrina pátria, bem como refletir teoricamente acerca do tema e incentivar a práxis. Por fim, a terceira parte, "Os atores institucionais", analisou a atuação dos órgãos que estão na linha de frente do combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil, como o Ministério Público do Trabalho, a Justiça do Trabalho e os entes de fiscalização.



34:331.021.9 Tr758

Trabalho escravo contemporâneo: governança e compliance

O livro trata das questões atuais que envolvem a temática sobre o trabalho escravo contemporâneo, tais como a compliance e due diligence, as repercussões globais e os reflexos do ponto de vista penal. Os artigos, de autoria de renomados professores e pesquisadores especialistas na matéria, apresentam um arsenal consistente e profundo que favorece a continuidade do rigoroso desenvolvimento científico da construção de um enfrentamento real, concreto e factível do trabalho escravo contemporâneo, que insiste em nos assombrar.



34:331.021.9 S237t

Trabalho escravo contemporâneo, desenvolvimento humano e direitos humanos: uma análise de decisões judiciais brasileiras

O texto discute a persistência do trabalho escravo como uma violação dos direitos humanos e um impedimento ao desenvolvimento humano. O livro analisa a relação entre as diretrizes do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2015, do PNUD, e as ações do Judiciário brasileiro sobre denúncias de trabalho em condições análogas à escravidão. Questões incluem as forças que influenciam as decisões judiciais, os obstáculos no sistema judicial do Brasil, as dificuldades em implementar as recomendações do RDH, e como a desigualdade de poder no país impede a erradicação do trabalho escravo. A obra é relevante para aqueles preocupados com as questões sociais e políticas atuais.

